

Executivo marca debate com parceiros sociais Governo, tal como o FMI e a UE, quer uma reforma do mercado laboral

Raquel Martins

Portugal precisa, além das medidas de consolidação orçamental, de "reformas que melhorem o funcionamento do mercado de trabalho, que promovam a seu mais rápido ajustamento às condições económicas e estimulem o mais rápido retorno à vida activa por parte dos desempregados". A frase não é do Fundo Monetário Internacional (FMI), nem da Comissão Europeia, mas do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que ontem voltou a insistir na ideia de que é preciso aprofundar a reforma do mercado de trabalho para recuperar a competitividade da economia, retomando um tema caro às duas instituições.

Não é a primeira vez que o ministro fala em rever a legislação laboral, mas perante o cenário que antevê a provável entrada do FMI em Portugal, este alerta parece querer preparar os portugueses para o que aí vem. No final do debate parlamentar, também o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou que na próxima semana vai iniciar um debate com os parceiros sociais - que começa com uma reu-



Ministro das Finanças fala em reforma laboral, mas dentro do PS o cenário de uma revisão do Código é rejeitada

não com as dez maiores empresas exportadoras nacionais - com o objectivo de "melhorar as condições do nosso mercado laboral" e a competitividade da economia.

Nem Teixeira dos Santos, nem Sócrates esclareceram até onde pretendem ir, quando falam em "reformular" e "melhorar" o mercado laboral. Mas uma coisa parece certa, tanto dentro do Governo, como no grupo parlamentar socialista - medidas radicais como as que têm sido apontadas pelo FMI ou por Bruxelas têm opositores e geram alguma irritação.

Num estudo divulgado esta semana, o FMI voltou a apertar o cerco à legislação laboral portuguesa, indiferente à revisão do Código do Trabalho que está em vigor desde Fevereiro de 2009. O Fundo considera que os trabalhadores do quadro continuam a ter um elevado grau de protecção, em comparação com os trabalhadores temporários ou precários e recomenda que as indemnizações pagas em caso de despedimento ou rescisão sejam reduzidas, além de uma maior flexibilização laboral ao nível das empresas.

Também na semana passada, Jean-Claude Juncker, presidente do Euro-grupo, voltou a instar Portugal a ac-

tuar "na supressão da rigidez no mercado do trabalho, nomeadamente na formação de salários e na melhoria da produtividade".

Estas declarações motivaram uma reacção da ministra do Trabalho, Helena André, que desafiou Bruxelas a precisar o que pretende e lembrou que Portugal foi dos que fez "a maior redução de rigidez nos últimos anos". "Estranhámos que continuemos a falar na rigidez do mercado de trabalho de forma generalizada", acrescentou. A ministra tem dito que apenas admite alterações que permitam usar os mecanismos de adaptabilidade já previstos no Código do Trabalho, mas não é claro até que ponto uma reforma laboral fique apenas por aí.

Também na madrugada de ontem, no final da reunião do grupo parlamentar do PS, o líder da bancada socialista, Francisco Assis, rejeitou em absoluto a hipótese de haver esta legislatura alterações ao Código de Trabalho, tal como recomendam as instituições internacionais.

Junto dos parceiros sociais a ideia de rever o Código, que já foi alvo de uma revisão em 2008, também não colhe adeptos, mesmo entre as confederações patronais. Ontem, a UGT recusou qualquer alteração na legislação laboral, mas mostrou-se disponível para clarificar alguns conceitos relacionados com o despedimento por justa causa, nomeadamente a redução anormal da produtividade. João Proença, líder da central, acusa o ministro das Finanças de ser o principal defensor de uma revisão do Código do Trabalho e recebe que a posição da ministra do Trabalho não tenha apoio político dentro do Governo.

Parceiros sociais

José Sócrates anunciou que se vai reunir com as 10 maiores empresas exportadoras nacionais. Os últimos dados do INE, referentes a 2009, dizem que, na venda de mercadorias ao estrangeiro, estas são as líderes nacionais:

- Petrogal
- Autoeuropa
- Soporcel
- Continental Mabor
- Bosch Car Multimedia Portugal
- Portucel
- Somincor - Sociedade Mineira de Neves Corvo
- Peugeot Citroën Automóveis Portugal
- Repsol Polímeros
- Visteon Electronics Corporation

António José Seguro quer travar distribuição antecipada

O deputado socialista António José Seguro reiterou ontem a necessidade de "haver uma iniciativa autónoma" para tributar a distribuição de dividendos antecipada por várias empresas - entre as quais a PT - para escaparem ao agravamento fiscal previsto para o próximo ano com a entrada em vigor do Orçamento do Estado (OE).

"Ninguém pode ficar excluído dos sacrifícios que são pedidos aos portugueses", disse ontem, depois de na reunião da bancada socialista, na quinta-feira à noite, ter sugerido ao grupo parlamentar e ao Governo que "encontrem uma solução autónoma do OE para a taxação da distribuição antecipada de dividendos".

O ex-ministro de António Guterres defende que a antecipação da distribuição de dividendos é legal, mas moralmente questionável. E sublinha que se trata de dar



um sinal, "quando é pedido um esforço" a todos os portugueses. Ontem, António José Seguro não se quis alongar nas explicações sobre a posição que assumiu na reunião da bancada, adiantando apenas que fez duas propostas.

A outra proposta está relacionada com o regime de excepção nos cortes salariais da função pública - e que o Governo prefere falar em "adaptação" - para os funcionários do

sector empresarial do Estado. Convencido de que passou para os cidadãos a ideia de que há um sector que fica à margem das medidas de austeridade, Seguro propôs que o membro do Governo que encerrasse o debate do Orçamento do Estado clarificasse quais as orientações dadas pelo executivo ao sector empresarial do Estado relativamente aos cortes nos salários. Na base da proposta está o mesmo argumento: o de que ninguém deve ficar de fora dos sacrifícios. Sobre o artigo em causa o deputado socialista vai entregar uma declaração de voto.

António José Seguro defende que não é necessário uma lei para concretizar os cortes salariais nas empresas com capital maioritariamente públicos.

Basta que os representantes do Estado nessas empresas dêem orientações nesse sentido nas assembleias gerais. **Sofia Rodrigues**

PUBLICIDADE

Cartier

CALIBRE DE CARTIER

MACHADO JOALHEIRO

PORTO - AVENIDA DA BOAVISTA, 3511 - (EDIFÍCIO AVIZ) - TEL. 22 610 12 83